DESAFIOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTADO DA ARTE

Josiane Bielski LEONARDO1, Elizete GUIMARAES2, Anelize Queiroz AMARAL3

1Departamento de Educação: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – Paraná - Brasil
2 Departamento de Engenharia Ambiental: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Francisco Beltrão– Paraná – Brasil
3 Departamento de Ciências Biológicas: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Dois Vizinhos– Paraná – Brasil
E-mails: josianebielski@alunos.utfpr.edu.br; guimaraes@utfpr.edu.br ;anelizeamaral@utfpr.edu.br

Resumo: *A implantação de Reforma Agrária pode gerar impactos ambientais e desafios sociais à comunidade e biodiversidade em seu entorno. Essa é apenas uma realidade que retrata os problemas historicamente presentes na questão agrária do Brasil. Diante desse fato, este estudo objetivou apresentar os possíveis impactos socioambientais envolvidas no contexto de luta pela questão agrária. Para tal entendimento, buscou-se nesse trabalho o levantamento acerca do estado da arte em trabalhos científicos presentes no banco de dados da Capes sobre à questão agrária e ambiental. A partir dos aspectos observados é possível concluir que a má distribuição dos recursos e ineficiência de políticas públicas penalizam as áreas, socialmente e economicamente, causando a degradação ambiental e conflitos socioambientais.*

Palavras-chave: *Questão agrária; Questão ambiental; Impactos Ambientais; Assentamentos Rurais.*

INTRODUÇÃO

A raiz do problema agrário brasileiro se encontra diretamente relacionada a questão ambiental e impactos causados ao ambiente, pois, o processo de apropriação privada de terras no Brasil teve seu impulso econômico básico a partir da destruição da biodiversidade. Diante desse fato, a regra principal do desenvolvimento econômico do país era: degradar para itinerar, e infelizmente, esse era o modelo politicamente conservador no espaço rural brasileiro, que ainda reflete seus resultados na atualidade.

Intensificam-se os debates e conflitos entre os movimentos ambientais versus movimentos de luta pela terra a respeito de desenvolvimento sustentável. De um lado a urgência em recuperar e proteger o equilíbrio dos ecossistemas, reservas de biodiversidade e bens naturais. De outo, a constante luta pela terra, espaço para moradia e produção, advindas das carências acumuladas historicamente (ESTERCI; VALLE, 2003).

Esses conflitos existentes não são resolvidos pela inexistência de políticas, leis, regulamentos ambientais, mais, sim pela ineficácia da fiscalização e cumprimento das

mesmas, enquanto isso, o meio ambiente fica à mercê da degradação, do desmatamento, da gravidade dos problemas ocasionados no ambiente que interferem na saúde humana, e nos ecossistemas, colocando em risco todo o dinamismo de vida no planeta.

Verifica-se então a necessidade de intervir sobre consequências do processo de modernização da agricultura e das transformações causadas no ambiente, que historicamente se desenvolvem no Brasil, devido a predominância de um tipo de cultivo, uso intensivo dos solos e insumos, pelo aumento da erosão e pelas mudanças na drenagem do terreno. Surge a preocupação a respeito da produção de alimentos e da sustentabilidade a partir do uso de tecnologias menos impactantes ao meio ambiente, que é obtido por meio da introdução de medidas mitigatórias (FONTOURA; VERDUM,2010).

Por isso, como uma das condições para se fazer justiça social no Brasil, enfatiza-se a insistência em denunciar a concentração fundiária a democratização do acesso à terra no Brasil. Porém, se não for levada em conta a dimensão ecológica do problema agrário, isso não é o suficiente para garantir uma verdadeira transformação nas relações sociais e rurais (NASCIMENTO, 2009).

Nesse contexto, buscamos apresentar por meio deste trabalho, os possíveis impactos socioambientais da reforma agrária a partir de um levantamento acerca de pesquisas científicas presentes no banco de dados da Capes sobre à questão agrária e ambiental.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a realização dessa pesquisa e maior entendimento a respeito dos impactos socioambientais ocasionados pela ação humana diante da política pública de Reforma Agrária e constante luta dos movimentos sociais buscamos compreender o que outros pesquisadores têm discutido nesse campo de atuação.

Assim sendo, realizou-se um levantamento no Portal de Periódicos Capes/MEC (2020) no intuito de identificar produções científicas, tendo como critério de busca os seguintes termos: Reforma Agrária/ impacto (os) ambiental (is)e socioambientais, desmatamento ou desflorestamento. Utilizando-se de busca avançada, foram definidas na ferramenta de pesquisa: a data de publicação: (qualquer ano); o tipo de material: artigos, teses, dissertações e livros; o país que se refere os trabalhos (Brasil), bem como o idioma de publicação (português e inglês).

Foram selecionados trabalhos científicos que contém no resumo ou título os termos estabelecidos anteriormente (Reforma Agrária/ impacto (os) ambiental (is) e socioambientais, desmatamento ou desflorestamento). Após o levantamento desses dados, um olhar foi direcionado para esses trabalhos com o objetivo de compreender sobre o que tais pesquisas estão falando, ou seja, quais tem sido as questões de pesquisa acerca dos impactos socioambientais ocasionados pela luta de terras no Brasil.

Tal pesquisa se enquadra na abordagem de pesquisa qualitativa, um tipo de pesquisa capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente, pois privilegiam a compreensão de atitudes, comportamentos e perspectivas dos sujeitos da investigação, envolve uma abordagem interpretativa de mundo (LÜDKE; ANDRÉ ,2012). Foram utilizados também os procedimentos de análise de conteúdo estabelecidos por Lüdke; André, (2012), divididos em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando todas as combinações de palavras-chaves averiguadas na base de dados, obteve-se como resultado um total de 23 publicações cujas quais apresentam os termos selecionados nesta pesquisa em seu título ou resumo (quadro 1). Foram encontrados registros para todas as palavras-chave, sendo “Reforma agrária” e “impactos ambientais” a maior ocorrência de resultados (14), enquanto a combinação “Reforma Agrária/ desmatamento ou desflorestamento” apresentou a menor quantidade de publicações (09). Algumas publicações apareceram mais de uma vez na mesma busca, portanto foram desconsideradas. O quadro 1 apresenta o número de resultados para as palavras chaves e os anos de publicação.

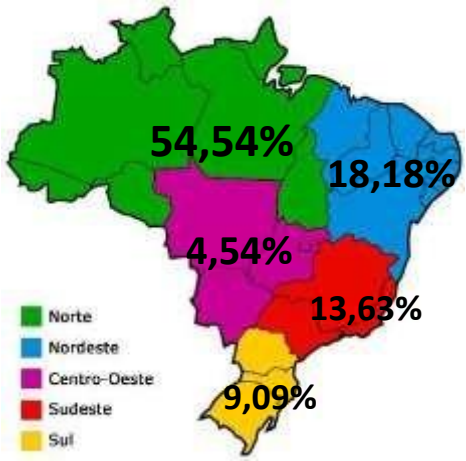
Quadro 1 - Quantificação dos documentos encontrados a partir dos termos utilizados na pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES

Termo	Número de trabalhos encontrados	Período de publicação
Reforma Agrária/ impacto (os) ambiental (is) e socioambientais	14	Entre 2006 á 2019
Reforma Agrária/ desmatamento ou desflorestamento	09	Entre 2010 á 2018
Total	23	

"Fonte: Autoria própria (2023)"

Todos trabalhos apresentados no quadro referem-se a artigos científicos, não foram encontradas teses, dissertações ou livros correspondentes a essa temática, esses resultados enfatizam, portanto, a importância da realização de mais pesquisas e trabalhos sobre essa temática. Deste total, duas publicações foram desconsideradas por não apresentar relação direta com o objetivo da pesquisa. Verifica-se na tabela que as pesquisas se concentram entre o período do ano de 2006 há mais recentemente 2019. Em relação as regiões de publicação e realização das pesquisas, a figura 1 a seguir evidencia as localidades do nosso país que se colocam a pesquisar essa temática. A saber:

Figura 1-Distribuição geográfica das regiões e porcentagens de pesquisas acerca das temáticas Reforma Agrária e impactos socioambientais



"Fonte: Autoria própria (2023)"

Como observado, a maior porcentagem de pesquisas se encontra na região Norte, correspondendo a 54,54% do total dos artigos. Esse fato pode ser explicado por dois motivos, o primeiro, por ser a região onde se encontra a Floresta Amazônica, considerada a maior floresta tropical do mundo, devido seu valor global e com ampla e vasta biodiversidade, por isso, sua preservação é de interesse mundial (MARGULIS, 2003). Diversos estudos são desenvolvidos para verificar o desmatamento acarretado devido a reforma agrária na região amazônica, (CALANDINO; WEHRMANN; KOBLITZ, 2012). Outra explicação é o fato de que segundo o portal do INCRA (2017), é a maior região brasileira em concentração de assentamentos de Reforma Agrária, por isso maior também a taxa de estudos na área.

A partir da leitura do conteúdo abordado nessas pesquisas científicas é possível observar que parece haver um consenso entre diversos autores (CALANDINO; WEHRMANN; KOBLITZ, 2012; SAITO; et al.,2011; LEAL; MANIESI 2018, FATORELLI; MERTENS,2010; FARIAS; et.al,2018; LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010; BARRETO. et al, 2010; VAN DE STEEG; et al,2006; LEITE; SOBRAL; BARRETO, 2011) no que diz respeito

às problemáticas de desmatamento e impactos ambientais, relacionadas a participação de assentamentos de Reforma Agrária, principalmente na região norte.

A maioria das pesquisas concordam que em casos onde ocorrem impactos ambientais relacionados a assentamentos de Reforma Agrária os motivos não resultam da falta de uma consciência ambiental, mas partem da precariedade de suas condições de vida que também deriva de fatores políticos, históricos, e econômicos que os forçam a explorar intensivamente alguns recursos para garantir a sobrevivência.

Para Troian; Troian; Bonfim (2017, p. 119): "As famílias que participam do Programa Nacional de Reforma Agrária são oriundas de processos históricos de exclusão socioeconômicos e concentram enormes diversidades, como múltiplos modos de expressão e costumes". Lima; Lopes (2012, p.2300) destaque que "O fator histórico e cultural nem sempre é o gatilho para o desmatamento, e sim o crescimento de assentamentos sem estruturas pré-estabelecidas e sem apoio técnico pós-estabelecimento". Isso se deve ao fato de que geralmente não resultaram exclusivamente da iniciativa governamental, se devem aos movimentos sociais na luta pela implantação da política(SCHMIDT FILHO; MOUTINHO, 2008)

Dentre os principais danos ambientais que a Reforma agrária pode gerar de acordo com as pesquisas dos autores (CALANDINO; WEHRMANN; KOBLITZ, 2012; SAITO; et al.,2011; LEAL; MANIESI 2018, FATORELLI; MERTENS,2010; FARIAS; et.al,2018; LE TOURNEAU; BURSZTYN,2010; BARRETO. et al, 2010; VAN DE STEEG; et al,2006;LEITE;SOBRAL;BARRETO,2011) destacam-se: consequências socioambientais, desmatamento, exploração ilegal de madeira, prática predatória dos recursos naturais, exploração de reservas legais e áreas de preservação permanente, caça ilegal, falta de proteção de mata ciliar, queimadas, afugentamento da fauna e redução da flora, aumento na concentração de resíduos no solo.

Algumas dessas pesquisas, apontam para possíveis causas que contribuem para a tendência de impactos ambientais no âmbito dos assentamentos de Reforma Agrária, como: fatores de vulnerabilidade econômica, incertezas fundiárias, exploração madeireira em assentamentos fictícios, dificuldade de acesso a financiamentos e ausência de crédito , mínima infraestrutura, deficiências no sistema de gestão do território, a falta de assistência técnica etc, (CALANDINO; WEHRMANN; KOBLITZ, 2012; LEAL; MANIESI 2018,

FATORELLI; MERTENS,2010; FARIAS; et.al,2018; LE TOURNEAU; BURSZTYN,2010; SILVA;VIEIRA, 2016; SCHMIDT FILHO; MOUTINHO, 2008; LIMA;LOPES,2012).

Há, entretanto, em alguns artigos, divergências dos pesquisadores sobre o assunto, Diniz et al (2018), relata em sua pesquisa que as evidencias encontradas sobre o desmatamento na Amazônia não sustentam a hipótese de uma relação direta entre a política de assentamento, e explica o resultado considerando a baixa capacidade de intervenção desses agentes pobres sobre o uso e ocupação da terra e, portanto, incapazes de promover uma escala relevante sobre o desmatamento que provavelmente aconteça pela expansão da fronteira agropecuária. Morais et al, (2012), avaliando índices de impacto ambiental das sete propriedades no Mato Grosso, demonstra que não há comprometimento da qualidade ambiental por parte de nenhuma das atividades desenvolvidas nos assentamentos de Reforma Agrária estudados.

Fazendo uma análise de todos dos trabalhos selecionados observa-se diferentes resultados principalmente se comparado as regiões. Na região norte a maioria das pesquisas corroboram com a ideia de que a Reforma Agrária traz impactos ao meio ambiente, em contrapartida, em outras regiões, alguns autores trazem em suas pesquisas o oposto, há relatos que assentamentos de Reforma Agrária minimizam os problemas socioambientais, como menciona Troian; Troian; Bonfim (2017, p. 119) “Os projetos de assentamentos têm se tornado uma alternativa de desenvolvimento rural e uma possibilidade de minimizar problemas de cunho econômico, social e ambiental da sociedade brasileira”.

Os trabalhos desenvolvidos principalmente nas regiões Sul e Sudeste, citam a Reforma Agrária com base na agroecologia, como solução dos problemas ocasionados ao ambiente devidos a práticas de monocultivo. Para esses autores, a monocultura é a responsável na geração de impactos ambientais, em contrapartida a Reforma agrária a solução! A monocultura causa impactos ambientais pois contribui para a diminuição da biodiversidade, esgotamento, degradação e erosão do solo, uso abusivo de agrotóxicos, gera menos mão de obra e altos índices de pobreza (CLEMENTS,2012; DE SOUZA FIGUEROA; MOURA; NEVES, 2019; DA SILVA MELO,2017)

Assentamentos de Reforma agrária com base na agroecologia são tidos como estratégias para superar os impactos do monocultivo, a agroecologia é uma possibilidade de desenvolvimento sustentável, com princípios conservacionistas compatíveis com a agricultura familiar, resulta num impacto ambiental positivo para a capacidade produtiva do

solo, qualidade do produto, uso de insumos materiais, e diminuição da emissão de poluentes. (CLEMENTS,2012, BARRETO. et al, 2010; DE SOUZA FIGUEROA; MOURA; NEVES, 2019).

Como possíveis estratégias para minimizar os impactos socioambientais da Reforma agrária são citados: reforma agrária a partir de terras particulares já alteradas, infraestrutura que favoreça o escoamento da produção, assistência técnica adequada, recuperação de áreas desmatadas, promoção de políticas de reintegração, incentivos financeiros e fiscais, ampliação de direitos como acesso à moradia, alimentação, saúde, educação, governança ambiental, etc (CALANDINO; WEHRMANN; KOBLITZ, 2012; FATORELLI; MERTENS,2010; FARIAS; et.al,2018; LE TOURNEAU; BURSZTYN,2010; SILVA;VIEIRA, 2016; LEITE;SOBRAL;BARRETO,2011, TROIAN; TROIAN; BONFIM 2017; ANDRADE; NASCIMENTO,2016).

Finaliza-se a discussão destacando as contradições de resultados nas diferentes regiões brasileiras, como observado a queixa de impactos socioambientais relacionados a Reforma Agrária se concentra em maior quantidade no Norte do país, enquanto na região Sul enfatiza-se a contribuição de assentamentos agroecológicos para minimizar impactos da monocultura. Sendo assim, evidencia-se a ambiguidade do poder público em relação à Amazônia, onde mesmo tempo pretende preservar a região e usá-la para reforma agrária, portanto, é necessário realizar um esforço para reequilibrar territorialmente a reforma agrária, dando um enfoque maior ao sul do país (LE TOURNEAU; BURSZTYN,2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se nos trabalhos científicos encontrados que a questão agrária está intimamente ligada a questão ambiental, sendo que assentamentos de Reforma agrária podem contribuir tanto para a geração quanto para amenizar os impactos ambientais, destacando a importância do planejamento e da eficiência de políticas ambientais e melhor redistribuição territorial, enfatizando-se que no Norte há maior concentração de assentamentos e exploração de recursos naturais, enquanto no Sul, existe a necessidade da implantação como paliativo das atividades de monocultura.

É possível concluir que as políticas públicas e ações governamentais estabelecidas nas diferentes gestões no Brasil visam apenas minimizar os conflitos, nada se faz de concreto para resolver as injustiças socioambientais, culminando em mais desigualdades, sendo que

estas já se perpetuam por longos séculos, e aparentemente não tem prazo para acabar. O que se faz é o popular ditado brasileiro de “tapar o sol com a peneira” enquanto de fato as Leis e planos de Reforma Agrária e ambientais não forem revistas e exercidas na prática, não há expectativas de mudanças igualitárias para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. S; NASCIMENTO, M. J. Governança ambiental e ética:(des) envolvimento e sustentabilidade em áreas de assentamentos rurais no estado de Sergipe. Revista IberoAmericana de Ciências Ambientais, v. 7, n. 3, p. 189-198, 2016. Disponivel em: https://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0015. Acesso em 01 de set de 2021

BARRETO, Hilton Felipe Marinho et al. Impactos ambientais do manejo agroecológico da caatinga no Rio Grande do Norte. Pesquisa agropecuária brasileira, v. 45, n. 10, p. 1073-1081, 2010.Disponívelemhttps://www.scielo.br/j/pab/a/wj3m6P3tWTsYhxmmNPh84Rd/?format=pd f&lang=pt.Acesso em: 01 de set de 2021

CALANDINO, D; WEHRMANN, M; KOBLITZ, R. Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 26, 2012. Disponível em:http://dx.doi.org/10.5380/dma.v26i0.26017. Acesso em 01 de set de 2020.

CLEMENTS.E.A. Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socioenvironmental impacts of agrofuels production in the Pontal doParanapanema region of São Paulo state, Brazil. Revista Nera, n. 21, p. 8-32, 2013. Disponível em:https://doi.org/10.47946/rnera.v0i21.2139 Acesso em 01 de Set de 2021.

DA SILVA MELO, Thiago. A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense. Revista NERA, v. 20, n. 35, 2017. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

DE SOUZA FIGUEROA, L. S. et al. Sustentabilidade em pequenas propriedades: uma proposta educativa. Revista Monografias Ambientais, v. 18, n. 1, p. 4, 2019.Disponível em:https://doi.org/10.5902/2236130838364. Acesso em 21 de set de 2021

DINIZ, M. B.et al. Dinâmica de curto prazo do desmatamento da Amazônia Legal: análise do papel das políticas públicas no período de 2000 a 2010. Economia Aplicada, v. 22, n. 4, p. 177206, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea141292 Acesso em 01 de setembro de 2020.

ESTERCI, N.; VALLE, R.S.T. Reforma Agrária e Meio Ambiente. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2003, 191p.

FARIAS, M. H. C. S et al. Impacto dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia. Mercator(Fortaleza),v.17,2018.Disponívelhttps://www.scielo.br/j/mercator/a/vX44jWHVrCK VQXsYjZ9kk6k/?format=pdf&lang=pt Acesso em 01 de setembro de 2020

FATORELLI, L; MERTENS, F. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. Ambiente & Sociedade, v. 13, p. 401-415, 2010. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/asoc/a/ =pdf Acesso em 01 de setembro de 2020

FONTOURA, L. F.M.; VERDUM, R. Questão agrária e legislação ambiental. PLAGEDER, 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/tri/sead/publicacoes/ questao-agraria-e-legislacaoambiental-2010 Acesso em 01 de set de 2021

LE TOURNEAU, F; BURSZTYN, Ml. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. Ambiente & Sociedade, v. 13, p. 111-130, 2010.
Disponívelhttps://www.scielo.br/j/asoc/a/ThmrGwNdx4PG6gRz6Lq8P6H/?format=pdf&lang= pt Acesso em 01 de setembro de 2020.

LEAL, M; MANIESI, V. Dinâmica de desflorestamento nos assentamentos extrativistas do município de Humaitá, Amazonas. GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n. 14, p. 251, 2018. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/7cAcesso em 01 de setembro de 2020.

LEITE, T.A.; SOBRAL, I.S; BARRETO, K. F. B. Avaliação dos impactos ambientais e sociais como subsídio para licenciamento ambiental do projeto de assentamento de reforma agrária Maria Bonita I, Poço Redondo/SE. Boletim Goiano de Geografia, v. 31, n. 2, p. 69-81, 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127156005.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2020.

LIMA, K. K S. d; LOPES, P. F. . A qualidade sócioambiental em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, Brasil. Ciência Rural, v. 42, p. 2295-2300, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cr/a/JWxH3yyM9skRxpnNSBdVgqR/?format=pdf&lang=pt
Acesso em 01 de setembro de 2020.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo:
E. P.U; 2012. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod Qualitativas%20vf.pdf.Acesso em 21 de jul de 2021

MARGULIS, S. Causas do desmatamento da Amazônia brasileira. 2003.Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/867711468743950302/pdf/277150PAPER0Po1a z1nia0Brasileira111.pdf. Acesso em 31 de agosto de 2021.

MORAIS, Marco Antonio Vieria et al. Impacto ambiental em assentamentos da reforma agrária no Mato Grosso. Floresta, v. 42, n. 3, p. 587-598, 2012. Disponível em:. http://dx.doi.org/10.5380/rf.v42i3.19462. Acesso em 30/ de agosto de 2021.

NASCIMENTO, H.M. Questão agrária, território e meio ambiente no Brasil: Os limites da transição para uma agricultura sustentável. Economía, sociedad y territorio, v. 9, n. 31, p. 723758, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid Acesso em 30/ de agosto de 2021.

SAITO, A et al. Efeitos da mudança de escala em padrões de desmatamento na Amazônia. Revista Brasileira de Cartografia, v. 63, n. 3, 2011.Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/43749/23013 Acesso em 01 de setembro de 2020.

SCHMIDT FILHO; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes. Recursos ambientais e dinâmica populacional no semi-árido Paraibano. Revista de Economia, v. 34, n. 2, 2008. Disponível em http://dx.doi.org/10.5380/re.v34i2.7905 Acesso em 31 de agosto de 2021

SILVA, V. C.S; VIEIRA, I. C. G. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 36, 2016. Disponível em http://dx.doi.org/10.5380/dma.v36i0.39957 Acesso em 31 de agosto de 2021 SITE: Blog do INCRA Goiás.

TROIAN A; TROIAN A; BONFIM, N.P.S. O Programa De Assessoria Técnica, Social E Ambiental Para Reforma Agrária;Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, janeiro/ junho 2016, p. 117 a 136.ISSN2354556.Disponívelemhttp://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/OPrograma-de-Assessoria-Tecnica-Social-.pdf. Acesso em 01 de Set de 2021.

VAN DE STEEG, Jeannette Antoinette et al. Impactos ambientais da Reforma Agrária no Brasil de 1985 a 2001. Scientia Agricola, v. 63, n. 2, p. 176-183, 2006.Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-90162006000200010. Acesso em 01 de Set de 2021.